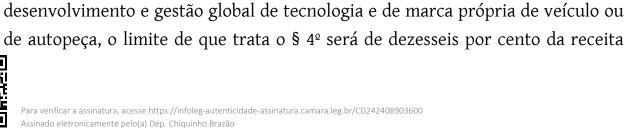
## MPV 1205 00088



## EMENDA № - CMMPV 1205/2023 (à MPV 1205/2023)

Dê-se ao caput do art. 13, ao \$ 1º do art. 13, ao caput do art. 15, ao \$ 1º do art. 15, ao caput do art. 18, ao inciso I do caput do art. 18, aos \$ 5º e 8º do art. 18 e aos arts. 19 e 20 da Medida Provisória a seguinte redação:

Art. 13. Poderao	nabilitar-se ao regime de que trata o art. 12 os
grupos econômicos que:	
§ 1º Os grupos econ	ômicos de que trata o <b>caput</b> deverão:
" <b>Art. 15.</b> 0 grupo e	conômico habilitado no regime de que trata o art e que trata esta Seção, poderá usufruir de créditos
	os créditos financeiros de que trata esta Medida nteressado deverá:
" <b>Art. 18.</b> Para os	grupos econômicos habilitados nos termos do o art. 13, o crédito financeiro de que trata o art
previsto em ato do Ministério do	tivamente pelos seguintes indicadores, conforme Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços rupo econômico, no País, de atividades fabris e de
	retamente ou por terceiros; pos econômicos habilitados que realizem, no País
1 1	







bruta total decorrente da venda dos produtos de que trata o inciso III do caput

## **JUSTIFICAÇÃO**

Vem em boa hora a Medida Provisória nº 1.205, de 31 de dezembro de 2023, que institui o Programa MOVER, segunda fase do Programa Rota 2030.

Buscando otimizar a Medida Provisória e trazendo maior segurança jurídica, propomos a presente emenda, considerando imprescindível que a avaliação de obrigatoriedade de investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) aconteça por grupo econômico e não por CNPJ como ocorrido na primeira fase do Programa Rota2030.





Normalmente as atividades principais de P&D são realizadas em equipes corporativas atendendo a várias áreas de negócio das diferentes empresas do grupo econômico, e não se limita apenas ao CNPJ.

Sendo isso o que se propõe, conto com a colaboração dos nobres pares no acatamento desta emenda.

Sala da comissão, 7 de fevereiro de 2024.

Deputado Chiquinho Brazão (UNIÃO - RJ) Deputado Federal

